

PETRÓLEO | GÁS | BIOCOMBUSTÍVEIS



Ano XIV • março/abril 2017 • Nº 112 • www.tnpetroleo.com.br

Começa a integração da P-69 no estaleiro Brasfels

Entram em vigor novas regras de licitação da partilha de produção

O 'xerife' vai regular ou negociar?

Evento

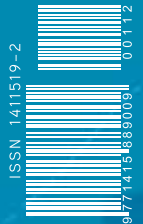
ANP promove debate sobre aumento do fator de recuperação

ESPECIAL: RODADAS DE LICITAÇÕES

Brasil terá



nova temporada de licitações



ARTIGOS

O petróleo ainda é nosso?, por Jorge Alberto Zietlow Duro | **Desenvolvimento Humano e**

Sustentabilidade: A jornada interior do líder, por Wanderlei Passarella

| **Estudo do comportamento do sistema MPD em situações de influxo**, por Rodrigo Henrique Ruschel e Ivanildo Andreolli

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Nelson Queiroz Tanure Filho, presidente da PetroRio

Um barril importa



O 'xerife' vai regular ou negociar?

ANP
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA
BRASIL

Audiência Pública nº 1/2017
Pedido de Isenção de Conteúdo Local
do FPSO Libra 1

Foto: Divulgação

Pedido de waiver para isenção do cumprimento das exigências contratuais de conteúdo local do FPSO *Libra 1* coloca em xeque a ANP

por Beatriz Cardoso

"O debate aqui será técnico. O debate político acontece em Brasília", afirmou **José Gutman**, diretor da Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ao abrir a audiência pública sobre o pedido da Petrobras de



exoneração das obrigações de cumprimento de conteúdo local (CL) na contratação de bens e serviços relativos à plataforma que vai operar no campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos.

No entanto, o que se viu nos meses anteriores, durante e após as explicações feitas pelas diversas partes interessadas nessa audiência pública realizada no dia 18 de abril – com número recorde de inscritos (278 pessoas) e manifestação de 27 entidades – assim como nos

dias posteriores, é que esse debate vai muito além do aspecto técnico, adentrando a seara política.

A exoneração é mais um capítulo de uma batalha iniciada no ano passado, quando a Petrobras postulou a necessidade de fazer uma licitação internacional, devido aos preços excessivos que teriam sido apresentados em duas tomadas internas de preço, feitas em abril e julho de 2016. A estatal argumentou que o preço ficou 40% superior ao estimado pela empresa.

O waiver é um pedido de perdão antecipado, que isentaria o consórcio de Libra, integrado pela Petrobras, Shell, Total, CNOOC, CNPC, de multas futuras por não cumprir as exigências de CL estabelecidos no contrato de exploração desse ativo, único em exploração sob regime de partilha. Ou seja: uma permissão para construir a unidade lá fora.

O que levou o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) a entrar com ação na Justiça. Em março, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) permitiu que a Petrobras realize a licitação internacional, mas determinou que não contrate as obras até que a ANP se posicione. Daí a expectativa em torno da audiência, realizada no Centro Cultural da FGV, no Rio de Janeiro, espaço escolhido pela ANP para abrigar cerca de 300 pessoas – o triplo do público médio das audiências mais importantes promovidas desde a criação da agência.

Será tudo ou nada?

Por ser um recurso que vem sendo negado sistematicamente pela ANP até agora, o pedido de waiver para o megaprojeto de Libra coloca em xeque o papel da 'xerife' do setor de óleo e gás – a agência havia estabelecido algumas ações prioritárias para 2017, para melhorar o ambiente de negócios e contribuir para o aumento da transparência e produtividade.

O processo do waiver demandará jogo de cintura da ANP para cumprir seu papel como reguladora, e fazer valer as cláusulas contratuais, ao mesmo tempo em que terá de buscar negociar e mediar esse conflito de interesses que mobiliza operadoras nacionais e estrangeiras, a indústria de bens e serviços – e entidades setoriais que a representam.

Agenda de negociações

DESDE O INÍCIO DE 2017, após a posse da nova diretoria da ANP, foram realizadas várias reuniões que mostram o empenho da Petrobras e do IBP em agilizar o processo do waiver. Reuniões com petroleiras é fato recorrente na agenda da ANP, que recebeu este ano a Exxon, Shell, Chevron, Statoil, Total, Repsol Sinopec, PetroRio, entre outras.

Normal também que a Petrobras seja mais assídua, já que é a maior produtora do país. Mas alguns desses encontros, entre as cerca de 20 reuniões mantidas nos quatro primeiros meses, sinalizam uma negociação em andamento.

Em janeiro, a Petrobras, que recebeu **Décio Oddone** no dia 6, conversou com diretores da ANP em seis ocasiões, duas



delas acompanhada pelo IBP, que teve cerca de uma dezena de reuniões na agência em quatro meses.

No dia 14 de fevereiro, seis dias após a ANP abrir a consulta pública sobre o pedido de waiver, seu colegiado (ou seja, todos os diretores) recebeu representantes das cinco empresas que formam o consórcio de Libra: Petrobras,

a anglo-holandesa Shell, a francesa Total, e as chinesas CNOOC e CNPC.

No dia anterior a este encontro, haviam estado com Oddone executivos da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA), empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia e que atua em todas as questões vinculadas ao pré-sal, incluindo o que está em regime de partilha.

A PPSA, além de participar de reuniões na ANP, receberia em sua sede diretores da agência, representantes da Petrobras e do MME no dia 10 de março. No dia 13, quando a ANP publica no Diário Oficial da União o adiamento da consulta pública para 18 de abril, quatro de seus diretores se reúnem com a estatal no final do dia.

São comuns também as reuniões entre ANP e MME. Contudo, chama a atenção o fato de, após a audiência do dia 18 de abril, no período da tarde, tenha havido uma teleconferência entre ANP, Petrobras e MME. Oito dias depois foi a vez do IBP, Shell e Statoil se reunirem com o colegiado da agência. Na primeira semana de maio, o diretor José Gutman teve reuniões com a PPSA e o MME, enquanto os demais dirigentes da ANP embarcaram para participar da OTC, em Houston (EUA).

Some-se a isso a posição do governo federal, que já promoveu mudanças nas regras de CL para as rodadas deste ano e anunciou estudos para rever as diretrizes dessa política. Ainda assim, ela não poderá 'interpretar' as cláusulas olhando apenas um lado. O próprio Gutman acabaria por sinalizar isso ao declarar que "não vai ser necessariamente tudo (100% de isenção) ou nada", após a sessão que durou pouco mais de quatro horas.

O diretor da ANP observou que o contrato inclui índices de CL diferentes para cerca de 45 itens na construção da unidade estacionária

de produção (UEP) do tipo FPSO (navios com capacidade de processar, armazenar e escoar a produção de petróleo e/ou gás natural). O que demandará a "análise de cada item e subitem para a ANP decidir se indefere ou não o waiver ou se aplicará o ajuste (do CL)", disse Gutman, lembrando que há cláusula prevendo o ajuste dos percentuais.

"Queremos maximizar o conteúdo local dentro do possível", concluiria ele, talvez para atenuar o comentário feito no início da audiência, no qual alegou que essa exigência não traria nenhum benefício ao país, se não houver investi-

Conteúdo nacional

AINDA QUE REPRESENTANTES das operadoras, na própria audiência, tenham afirmado que o debate em torno da revisão do conteúdo nacional é um tema já esgotado, uma vez que o governo federal anunciou essa decisão e fez alterações nas regras para os próximos leilões, o assunto ainda não está definido.

A despeito do açodamento de executivos e autoridades, o governo federal havia elaborado uma agenda para fazer essa revisão de forma mais transparente. Em outubro de 2016, o mesmo tinha afirmado que as mudanças seriam feitas em duas etapas. A primeira, para agilizar os leilões previstos para este ano, e a segunda, mais técnica, dependeria da conclusão de três estudos a serem contratados, para definir as demais rodadas, de 2018 em diante.

Os estudos deveriam ser contratados ainda naquele ano pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Em reunião na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a diretora do Departamento de Indústrias para a Mobilidade e Logística do MDIC, Margarete Gandini, afirmou que o MDIC estava contratando os estudos mencionados em função das diversas críticas recebidas pelo governo, principalmente pelo relatório do TCU, de que os índices de CL praticados não haviam sido estabelecidos considerando uma base técnica consolidada.

O primeiro estudo objetiva fazer um diagnóstico da oferta de bens e serviços da indústria local. O segundo levantamento visa avaliar os resultados dessa política desde a rodada zero (1998) até agora. Já o terceiro, buscará identificar os setores

dores/operadoras interessados em desenvolver atividades no Brasil. Como se o pré-sal e o potencial de outras bacias brasileiras, em terra e mar, não fossem atrativos suficientes para atrair investidores. Prova disso são as cerca de 40 empresas



Foto: Agência Petrobras

estratégicas da indústria e aqueles com potencial para se tornarem exportadores, um aspecto que vem sendo defendido pelo IBP, mas que gera desconfiança no seio da cadeia produtiva.

Responsável pela secretaria executiva do Pedefor (Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural), Gandini tem ouvido de representantes da cadeia produtiva que as empresas não têm sido ouvidas nos processos de regulamentação do Pedefor, da mesma forma que não foram consultadas na tomada de preços feita pela Petrobras, desencadeadora do processo de waiver.

Ou seja, ainda há um longo caminho para que essa questão chegue a um consenso. O que dependerá, acima de tudo, de maior transparência e vontade política para que tão importante ferramenta de promoção e alavancagem da indústria nacional não acabe 'indo pelo ralo'.

que estão produzindo hidrocarbonetos no país (petróleo ou gás), dentro de uma lista de quase 120 'concessionárias e grupos atuantes' informada pela própria agência (e que entraram no mercado local a partir de 2000).

Isenção é readequação

Mais da metade das quatro horas da audiência foi ocupada pelos 15 inscritos. Eles tinham de expor seus argumentos em cinco minutos, com exceção do representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que falou em nome de outra entidade do setor, ficando com dez minutos. E da advogada Daniela Santos, do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), pois esta utilizou também o tempo de quatro associadas, ficando com 25 minutos.

Todos tiveram seus tempos monitorados por Daniela Corrêa Godoy Martins, chefe da coordenação de CL da ANP, que presidiu a mesa da audiência, da qual participou ainda o procurador-geral da agência, Evandro Pereira Caldas.

Coube a Fernando Borges, gerente executivo da Petrobras no empreendimento, representando o consórcio operador de Libra, fazer a defesa do waiver. Ele reiterou a necessidade desse perdão, fundamentado essencialmente em um dos pontos previstos em contrato para exoneração do compromisso de CL: preços excessivos apresentados nas duas tomadas de preços feitas pela Petrobras em abril e julho de 2016, além da impossibilidade de estaleiros atenderem aos prazos.

Segundo ele, somente a 'readequação' de CL permitirá a "continuidade do projeto", alegando que parte da plataforma de Libra será 'construída' no Brasil, "à semelhança das quatro últimas unidades do pré-sal". Referia-se aos quatro FPSO, que entraram em operação a partir de 2015, com casco asiático e integração em dois estaleiros locais, Brasfels (*Cidade de Itaguaí* e *Cidade de Caraguatatuba*) e Brasas (*Cidade de Maricá* e *Cidade de Saquarema*), sendo que este

último tem como sócia a holandesa SBM, que participou da tomada de preços feita pela estatal para construção lá fora.

A defesa do waiver foi complementada pelo secretário executivo de Exploração & Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, que destacou dois aspectos: o da segurança jurídica (regulamentação) e a forma de contratação e contabilização, sem maiores explicações.

Marcação na grande área

Todos os demais inscritos refutaram pontos da argumentação do consórcio de Libra e do IBP. Além da Abimaq e do Sinaval, usaram o tempo previsto as associações brasileiras de Consultoras de Engenharia (ABCE) e da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (Abitam), o Sindicato Nacional da Indústria de Máquina (Sindmaq), além de empresas do setor, como os estaleiros Brasa, Atlântico Sul, Ecovix, Techint, entre outras.

Mas foi o Sinaval, representado pela já citada advogada Daniela Santos, que deu o tom da audiência. "Ilegalidade. Senhores, hoje estamos falando de um pedido ilegal de waiver, porque é contrário às normas contratuais e legais que disciplinam a matéria", pontuou ela. E apresentou a posição do Sinaval, refutando e desconstruindo argumentos do documento de 158 páginas protocolado pela Coordenadoria de Conteúdo Local da Petrobras na ANP na manhã do dia 18 de janeiro. Coincidentemente, um dia depois do recém-empossado diretor-geral da ANP Décio Oddone receber o Sinaval, que questionou o levantamento de preços feitos pela Petrobras sem que houvesse consulta a diversos estaleiros associados, assim como a empresas dessa cadeia produtiva.

"Circunstâncias como o aumento do preço do barril do petróleo, crise econômica e política, parecer do TCU, alteração da política industrial, entre outras situações narradas no pedido do waiver, não legitimam sua concessão, nos termos da Cláusula 25.8 do Contrato de Partilha de Produção (CPP), portanto devem ser desconsiderados na análise desta matéria", observou a entidade. A mesma cláusula citada pela ABCE, a qual estabelece que a exoneração não se aplica aos itens da engenharia básica, estando o waiver desrespeitando o contrato.

"A insegurança jurídica e regulatória decorre justamente do descumprimento de um contrato celebrado e válido. Licitar sem CL é descumprimento contratual. Licitar sem a participação de fornecedores brasileiros de bens e serviços é também descumprimento contratual", frisou a advogada do Sinaval.

Cada item do processo foi rebatido e questionado, sobretudo os números ocultos (valores e custos, mote do waiver) por questões de confidencialidade, assim como imagens dos estaleiros, de 2014, que o Sinaval lembrou que não condiziam com as reais condições do mesmo quando a consulta foi feita, dois anos depois.

"As informações deveriam ser disponibilizadas e devidamente analisadas pela indústria nacional... Essa audiência pública trata apenas de uma parte do pedido de waiver e não da sua totalidade, que é ilegítima. Podemos afirmar com toda segurança que não há no processo administrativo fundamentos para concessão do pedido de waiver apresentado pela Petrobrás. Há, sim, argumentos acessórios, ameaças e pressões para legitimar um processo ilegal", finalizou Daniela Santos.

Da primeira à última linha do documento do Sinaval houve o mais entusiástico aplauso ouvido



até então nessa audiência. "Dessa vez, o 7X1 foi nosso!", comemorou um executivo, lembrando a triste semifinal da Copa do Mundo de 2014, ressaltando que o fato não definia o resultado final.

Em Houston (EUA), durante a Offshore Technology Conference (OTC), realizada de 1º a 4 de maio, a Petrobras fez questão de divulgar boas novas sobre Libra. "A intensa colaboração entre os parceiros da área de Libra em busca das tecnologias necessárias para maximizar o valor do projeto já possibilitou uma redução de cerca de US\$ 13/barril no preço de equilíbrio (break-even) do empreendimento", afirmou Fernando Borges, no painel 'Projeto de Libra: reduzindo o preço de equilíbrio e preparando o primeiro óleo', realizado dia 2, no evento. Apesar dessa redução, Borges alegou que o projeto enfrentará problemas se não houver uma 'readequação de conteúdo local', a partir da aprovação do waiver, em análise na ANP. ■